

# Relatório de Monitoramento de Proteção

## ACNUR BRASIL

abril-maio de 2021

### I. Introdução e contexto

O monitoramento de proteção durante o deslocamento forçado é essencial para salvaguardar os direitos fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais de direitos humanos e de direito dos refugiados, em tratados regionais e na legislação nacional. Ao coletar, verificar e analisar informações, é possível identificar violações de direitos humanos e riscos de proteção a fim de subsidiar estratégias de *advocacy*, projetar e implementar programas e realizar intervenções de qualidade.

Em 2018, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) criou uma ferramenta regional para monitorar as necessidades de proteção e a situação de pessoas que foram forçadas a deixar seu país, com foco inicial na situação venezuelana. O monitoramento da proteção é um processo fundamental da resposta do ACNUR e implica a verificação e análise sistemáticas da violação dos direitos e das necessidades de proteção dos refugiados, solicitantes da condição de refugiado e outros que necessitam de proteção internacional, durante um longo período de tempo. Antes da eclosão da nova pandemia de coronavírus, o ACNUR Brasil e parceiros realizavam entrevistas presenciais com refugiados e outras pessoas de interesse com um foco geográfico no Estado de Roraima. No entanto, o atual contexto da COVID-19 e as medidas sanitárias adotadas pelos Estados em resposta à pandemia exigiram que o ACNUR e os seus parceiros adaptassem as suas metodologias de coleta de dados. Assim, foram introduzidos canais remotos de coleta de dados a fim de permitir a continuidade e o reforço dos exercícios de monitoramento de proteção.

No Brasil, o primeiro ciclo de coleta de dados com base em uma pesquisa de alta frequência foi realizada em janeiro e fevereiro de 2021. O relatório que resume as principais conclusões pode ser encontrado [aqui](#). Este relatório abrange os resultados da segunda de quatro séries de coleta de dados, a serem repetidas trimestralmente ao longo de 2021. A coleta de dados foi realizada em todo o país durante a última semana de abril e primeira semana de maio de 2021.

### II. Metodologia

O segundo ciclo de coleta de dados do Monitoramento de Proteção de 2021 do ACNUR incluiu três modalidades diferentes. Primeiro, foi utilizado (i) um questionário autoadministrado que foi acessado por solicitantes da condição de refugiado, refugiados e migrantes por meio de canais *on-line* (o ACNUR e parceiros compartilharam os *links* do questionário *on-line* por meio dos canais de comunicação existentes<sup>1</sup> com os entrevistados que enviaram suas respostas por meio de telefones celulares ou dispositivos eletrônicos), (ii) entrevistas a distância e (iii) entrevistas iniciadas pelo proGres durante as atividades de registro em Boa Vista/Roraima.

A amostra desta pesquisa foi de conveniência/não probabilística, ou seja, a amostra foi selecionada com base na acessibilidade à população, uma vez que os entrevistados provavelmente haviam tido contato prévio com o ACNUR e/ou parceiros e acesso a telefones celulares ou dispositivos eletrônicos com conexão à internet. Assim, os resultados a seguir não são estatisticamente representativos e não podem ser extrapolados para toda a população. Foram obtidas 204 respostas por meio do canal autoadministrado, 116 por meio

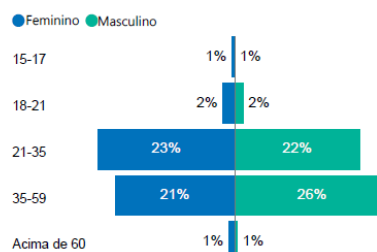
---

<sup>1</sup> Isto inclui os canais de informação e comunicação existentes e confiáveis com a população de interesse, tais como [Plataforma Help](#), redes sociais, grupos WhatsApp e redes comunitárias.

das entrevistas a distância e 68 por meio das entrevistas iniciadas durante as atividades de registro em Boa Vista/RR, totalizando 388 respostas em todo o país.



- **388** questionários / **1503** indivíduos
- **14** nacionalidades diferentes
- Residindo em **12** estados do Brasil



\* Pirâmide etária/sexo - 388 questionários, dos quais 327 chefes de família identificaram sua idade e seu sexo.

### III. Informações demográficas

- **Tamanho médio das famílias:** 3,87 membros
- **Chefes de família:** 54% daqueles que se identificam como chefes de família são do sexo feminino.
- **Filhos:** Quase 71% das famílias têm pelo menos um filho (58% dos quais têm pelo menos um filho menor de 5 anos).
- **LGBTI:** 9% dos que responderam à pergunta sobre orientação sexual e identidade de gênero se identificaram como membros da comunidade LGBTI.
- **Nacionalidade:** 95% da população pesquisada são refugiados e migrantes venezuelanos. O restante são dos seguintes países: Colômbia, Haiti, Cuba, Guiné-Bissau, Bolívia, Angola, Togo, Marrocos, Egito, República Democrática do Congo, Síria, Iêmen e Nigéria.
- **Etnia:** 41% dos entrevistados se identificaram como sendo de etnia miscigenada (duas ou mais etnias); 12% indicaram que não tinham certeza sobre sua etnia; 17% se identificaram como caucasianos; e 15% se identificaram como negros ou de descendência africana.
- **Tempo de chegada ao país:** 32% dos entrevistados chegaram ao Brasil nos últimos 6 meses; 29% chegaram entre 6 meses e 2 anos; e 39% chegaram há mais de 2 anos. Em comparação com a primeira onda da pesquisa realizada em janeiro/fevereiro de 2021, houve um aumento no número de respondentes que chegaram ao Brasil nos últimos 6 meses. Isso provavelmente é consequência das entrevistas iniciadas por meio do proGres, um novo canal de coleta de dados que foi adicionado na segunda rodada de coleta de dados em Boa Vista/RR, localizada perto da fronteira com a Venezuela.

### IV. Destaques

- **A maioria dos entrevistados (48%) declarou ter uma ou mais necessidades específicas de proteção.** Em comparação, cerca de 30% da população de interesse

registradas com o ACNUR no Brasil<sup>2</sup> identificaram ter pelo menos uma necessidade de proteção específica.

- **63% declararam que enfrentariam riscos se regressassem ao seu país de origem**, incluindo a falta de alimentos, o desemprego e a falta de acesso a serviços médicos, além de perigos devido à insegurança. Semelhante à primeira rodada de monitoramento de proteção de 2021, mais de 95% dos respondentes são Venezuelanos e a maioria manifesta a necessidade de proteção internacional dada a situação socioeconômica e de direitos humanos na Venezuela.
- **Um quarto dos respondentes (23%) não possui documentação legal no Brasil**, o que na prática pode limitar o acesso a direitos e serviços, incluindo cuidados médicos não urgentes, emprego formal e educação. Durante o período de referência, a fronteira terrestre com a Venezuela em Pacaraima/RR permaneceu fechada, o que afetou o acesso ao território e, conseqüentemente, o acesso à documentação para aqueles que necessitam de proteção internacional.
- **Mais de metade dos respondentes estão desempregados (58% dos 327 grupos familiares)**. O impacto socioeconômico da Covid-19 continua dificultando a obtenção de emprego formal no Brasil, juntamente com desafios no reconhecimento das experiências de trabalho anteriores dos entrevistados e de seus diplomas acadêmicos.
- **A maioria das famílias entrevistadas relatam que os filhos estão matriculados na escola (66%)**. Em comparação com a primeira rodada de coleta de dados, este aumento pode ser explicado pela reabertura gradual de matrículas em escolas públicas no Brasil (embora muitas ainda estejam operando remotamente), especialmente em Roraima. **Contudo, 43% continuam sem os recursos necessários para ter acesso virtual à educação de seus filhos** em tempos de Covid-19, enquanto muitas escolas ainda recorrem a modalidades de ensino à distância.
- **45% dos respondentes têm acesso a benefícios de assistência social, dos quais 23% são beneficiários de programas de assistência governamental**, ou seja, Bolsa Família e Auxílio Emergencial.

## V. Necessidades específicas de proteção

Aproximadamente metade das famílias entrevistadas (48%) disseram ter **pelo menos uma necessidade específica de proteção**, como famílias monoparentais, mulheres grávidas ou lactantes, idosos em risco e pessoas com condições médicas crônicas ou críticas.



## VI. Situação legal e acesso ao território

Algumas das medidas adotadas para impedir a propagação da Covid-19, incluindo o fechamento das fronteiras, afetaram negativamente a capacidade de refugiados de entrarem no Brasil e usufruírem de direitos e serviços básicos.

<sup>2</sup> Fonte: Sistema de Registro do ACNUR - proGres V4.

O acesso ao território e a garantia do *non-refoulement* são, por conseguinte, considerações fundamentais de proteção para os refugiados e outras pessoas que necessitem de proteção internacional. **63%** dos inquiridos concordam ou concordam fortemente que **os membros da família estariam em risco se tivessem de regressar ao seu local de residência inicial ou ao seu país de origem**. Como 95% dos entrevistados são venezuelanos, isso confirma a tendência de que essas pessoas precisam de proteção internacional, considerando a situação socioeconômica e dos direitos humanos na Venezuela.

Dos riscos enfrentados no caso de retorno, 36% mencionaram falta de alimentos; 32% indicaram desemprego; 27%, falta de acesso a serviços de saúde; e 21% mencionaram perigos devido à insegurança em seu país de origem.

## A. Entrada no país

**66%** de entrevistados afirmaram que **entraram no país de forma regular ou legal** e registraram sua entrada com as autoridades de imigração brasileiras. Como a fronteira terrestre com a Venezuela em Pacaraima continuava fechada durante a coleta de dados, entradas irregulares contribuíram para o aumento do número de refugiados indocumentados. Essa população indocumentada é representada na sua maioria por entrevistados que afirmaram ter entrado no Brasil nos últimos 6 meses (32%) ou entre 6 meses e 2 anos (29%).

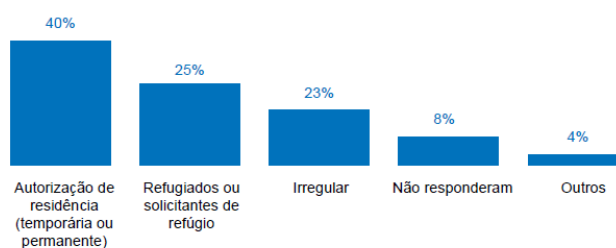
Embora **94% dos entrevistados indicaram não ter tido quaisquer incidentes negativos com autoridades públicas** (por exemplo, entrada recusada, deportação ou retorno forçado), os resultados revelam que eles tiveram problemas relacionados a sua segurança desde que deixaram seus lares.

**Um em cada cinco (20%) respondentes indicou que sofreu ou testemunhou um incidente de proteção, principalmente roubo, ameaças físicas ou suborno**. Este valor é inferior em comparação aos dados recolhidos na primeira rodada do monitoramento de proteção do ACNUR em janeiro e fevereiro de 2021.

Além disso, 66% da população entrevistada mencionou que têm pelo menos um dependente ou familiar que permaneceu no país de origem, de residência original ou que está em trânsito.

## B. Situação legal

Quase **um quarto (23%) dos entrevistados** representa indivíduos que entraram no Brasil de forma irregular e/ou que atualmente não desfrutam de um *status* legal. Trata-se de uma percentagem mais elevada de entrevistados indocumentados em comparação com outras pesquisas



de monitoramento de proteção realizadas pelo ACNUR e parceiros, incluindo o relatório de monitoramento de proteção de janeiro/fevereiro de 2021, uma vez que a fronteira terrestre com a Venezuela em Pacaraima continua fechada e o número de pessoas oriundas da Venezuela que precisam de proteção internacional continua a aumentar.

## C. Refúgio no Brasil

**24%** dos entrevistados expressam a intenção de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado, embora ainda esteja pendente, principalmente devido à pandemia (por exemplo, serviços limitados a agendamentos *on-line*), falta de informação e falta de documentação. Não está claro o que os entrevistados queriam dizer quando indicaram “falta de documentação” como motivo da incapacidade de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado, uma vez a legislação brasileira não exige a posse de documentos de identidade para isso. No entanto, os indivíduos que entraram no Brasil de forma irregular durante o fechamento da fronteira não puderam fazer tal solicitação por falta de um documento oficial de entrada em território nacional.

**30%** dos entrevistados afirmaram que não têm intenção de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado. Isso pode ser devido à falta de compreensão sobre a diferença entre a condição de refugiado e a de residente temporário e à percepção de que o protocolo relativo aos solicitantes da condição de refugiado nem sempre é aceito por prestadores de serviços como documento de identificação válido.

## VII. Acesso a direitos e serviços

### A. Acesso à educação

**Um terço (33%) das famílias** com crianças em idade escolar afirmou que têm pelo menos um filho **fora da escola**. De acordo com o censo de educação do Brasil de 2020, apenas 37.700 ou 45% das crianças venezuelanas em idade escolar foram matriculadas na escola.

Os resultados da pesquisa mostram as principais razões pelas quais uma criança pode estar fora da escola, como **falta de documentação** ou outra **exigência para a matrícula escolar**, embora a pesquisa não permita aos entrevistados entrarem em mais detalhes sobre essas barreiras. Isso pode ser explicado pela falta de entendimento sobre os recentes regulamentos favoráveis do Ministério da Educação, como a Resolução 1 de 13 de novembro de 2020<sup>3</sup>.

As escolas públicas no Brasil estão sendo gradualmente reabertas para o ensino presencial, de modo que o número de crianças fora da escola diminuiu ligeiramente quando comparado com a primeira onda de coleta de dados.

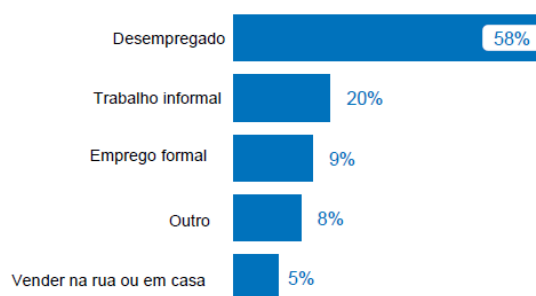
Um estudo recente conduzido pelo ACNUR e pelo Banco Mundial<sup>4</sup> afirmou que escolas superlotadas e o desfasamento entre a idade e o desempenho escolar são os principais fatores que impedem crianças refugiadas e migrantes venezuelanas de se integrarem às escolas. Os dados do estudo sugerem que o aumento da capacidade das escolas por meio da introdução de turnos matinais e vespertinos poderia ajudar a aliviar a sobrelotação das escolas e reduzir o tamanho das turmas.

Embora dois terços das famílias entrevistadas tenham seus filhos matriculados na escola (67%), 43% indicaram que não possuem os recursos necessários e o acesso digital para que as crianças possam realizar seu ensino virtualmente em tempos de Covid-19.

### B. Emprego

Um total de 327 grupos familiares foram consultados sobre o tema emprego.

A maioria dos entrevistados indicou estar **desempregada (58%)**. Essa porcentagem sobe para 73% quando respondida por **refugiados e migrantes que chegaram ao Brasil nos últimos 6 meses** e cai para 43% entre aqueles que estão no país há mais de 2 anos.



Ademais, um quarto está envolvido em atividades de trabalho informal para satisfazer as necessidades de suas famílias (20%) e 5% trabalham com comércio de rua.

O número de refugiados desempregados ou que recorrem ao trabalho informal aumentou em comparação com a primeira rodada de coleta de dados, uma vez que o Brasil ainda está sentindo os impactos econômicos da Covid-19, especialmente o setor de serviços.

<sup>3</sup> Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=165271-rceb001-20&category\\_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=165271-rceb001-20&category_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192)

<sup>4</sup> [Integração de refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil](#) (ACNUR / Banco Mundial)

No total, 9% dos entrevistados têm um emprego formal. A porcentagem aumenta para 12% entre os entrevistados que vivem no Brasil há mais de 24 meses. Contudo, entre aqueles que chegaram recentemente ao país, apenas 3% têm trabalho formal.

O relatório do ACNUR e do Banco Mundial<sup>5</sup> descreve que os trabalhadores migrantes e refugiados empregados no setor formal são mais jovens, com menos probabilidade de serem mulheres ou brancos, e com mais probabilidade de terem concluído o ensino médio do que seus pares brasileiros. Eles também têm mais chances de trabalhar mais horas por semana e tendem a ocupar mais posições temporárias em comparação com trabalhadores da comunidade anfitriã. O relatório concluiu que é necessária a presença de programas de ativação do mercado mais fortes que incluam a intermediação de emprego e treinamento de habilidades e idioma para ajudar a superar barreiras na busca e de compatibilidade de emprego.

Tal como no monitoramento anterior, a situação atual de emprego dos entrevistados contrasta com sua experiência nos respectivos países de origem. Apenas 19% dos entrevistados indicaram ter vivido o desemprego em seu país de origem; 22% indicaram ter se envolvido em trabalho informal; e 27% declararam ter tido um emprego formal. As dificuldades em encontrar emprego formal no Brasil podem ser explicadas pelo atual impacto socioeconômico da pandemia de Covid-19. Ademais, refugiados e migrantes enfrentam desafios ao tentar validar sua experiência profissional anterior ou seus diplomas acadêmicos no Brasil devido à falta de documentação necessária e ao alto custo dos processos de revalidação.

### C. Assistência social

- **45%** dos entrevistados **recebem algum tipo de assistência social** (subsídio em dinheiro).
- **63%** disseram que estão recebendo assistência econômica do **programa de auxílio emergencial Covid-19** e **57%** do programa nacional de transferência de renda, **Bolsa Família**.

Em geral, as estatísticas<sup>6</sup> mostram que os venezuelanos inscritos no Cadastro Único são mais pobres, mas têm maior nível de escolaridade do que seus pares brasileiros. No entanto, a taxa de cadastramento mais baixa pode indicar que muitos refugiados e migrantes talvez não tenham conhecimento de seus direitos e da garantia de seu acesso aos programas de assistência social, apontando para a necessidade de continuar a fornecer essa população informações e assistência para superar barreiras linguísticas.

## VIII. Necessidades prioritárias

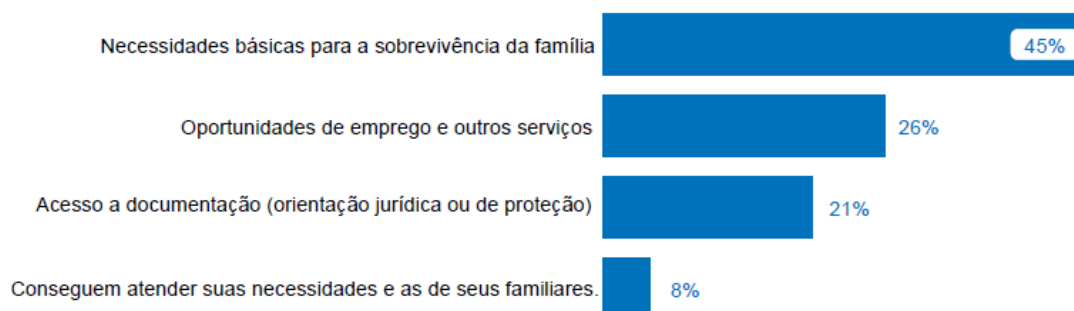
Quando perguntados sobre suas necessidades e prioridades mais urgentes no mês anterior à pesquisa, **45%** indicaram **necessidades básicas para a sobrevivência da família**, como comida, abrigo e roupas, entre outras.

Além disso, 26% relataram que as necessidades prioritárias estão ligadas a oportunidades de emprego e outros serviços (e.g. saúde, educação) e 21% mencionaram o acesso à documentação (orientações jurídicas ou sobre proteção), o que representa um aumento significativo destas necessidades em comparação a outros períodos de monitoramento de proteções realizados pelo ACNUR e parceiros, pois as dificuldades de encontrar emprego

<sup>5 e 6</sup> [Integração de refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil](#) (ACNUR / Banco Mundial)



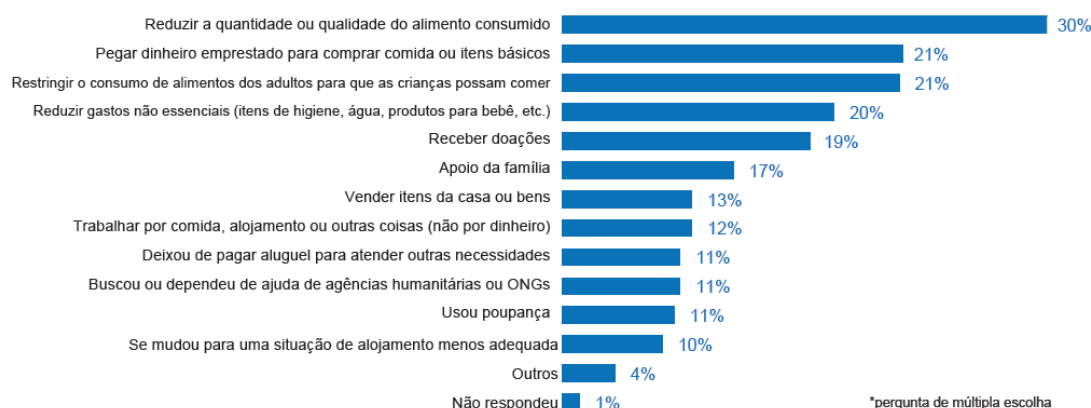
formal e acessar documentos são em grande medida devido à COVID-19 pandemia e de restrições de fronteira.



## IX. Mecanismos de enfrentamento

A pesquisa também perguntou se, nos três meses anteriores à coleta de dados, os membros da família tiveram que recorrer a mecanismos de enfrentamento para atender às suas necessidades básicas ou as de seus familiares.

- **30%** relataram ter que **reduzir a quantidade ou a qualidade dos alimentos consumidos**
- **21%** tinham que **restringir o consumo de alimentos** dos adultos para que as crianças possam comer
- **21%** informaram ter que **fazer empréstimos**



## X. Bem-estar

Um total de 327 grupos familiares foram consultados sobre o bem-estar e demonstraram indicadores positivos neste domínio.

**A maioria da população pesquisada considerou sua interação e/ou relação com a população local positiva ou muito positiva (75%) e mencionou que se sente segura na área ou comunidade onde vive (68%).**

No entanto, muitos relataram que durante o tempo em que viveram no Brasil, se sentiram **solitários ou socialmente isolados** (52%). Adicionalmente, 31% afirmaram ter sofrido **discriminação**, com a percepção de que foi por causa de sua **nacionalidade** (93%).

A pesquisa também recolheu dados sobre o **acesso à internet** quando necessário. Embora metade dos entrevistados (51%) responderam que têm acesso fácil ou muito fácil à rede, um número considerável relatou ter **dificuldades** (36%). Quando comparado à primeira rodada de coleta de dados, mais refugiados indicaram dificuldades no acesso à conectividade. Isso pode ser explicado pela inclusão de dois novos canais de coleta de dados introduzidos na

segunda rodada da pesquisa: entrevistas por telefone e entrevistas iniciadas durante o registro, canais que alcançam indivíduos que ainda não estão acessando a pesquisa por meio de um dispositivo conectado à internet.

## XI. Planos para o futuro

A maioria dos entrevistados (44%) planejava ficar onde atualmente se encontrava em resposta à pergunta sobre se tinham planos de se mudar de cidade ou de residência em curto ou médio prazo.

- **36%** responderam que tinham **plano de interiorização**. Destes, a maioria (85%) respondeu que estava planejando se mudar **para outras cidades dentro do Brasil**, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.
- **16%** relataram que estão participando do programa voluntário de interiorização federal apoiado pelo ACNUR e parceiros da sociedade civil.

### CONTATOS

**André Madureira**, Oficial de Proteção Assistente  
**Pedro Rocha**, Assistente Snr. de Gestão da Informação  
 Escritório de Brasília  
[brabim@unhcr.org](mailto:brabim@unhcr.org)



UNHCR Partners in Brazil:



UNHCR Brazil is thankful for the support of private donors and:



UNHCR's private sector donors:



UNHCR Brazil is also thankful for the important support of and partnerships with other UN agencies, Brazilian authorities (at federal, state and municipal levels) and civil society organizations working together to deliver the emergency response and in the regular programmes of the Brazilian operation.